

Senado reduz verbas para área social

16 AÇO 1986

Brasília — Por motivos eleitorais, o Senado deu uma rasteira no Ministério do Planejamento e aprovou na quarta-feira, por voto de liderança, projeto-de-lei do deputado Márcio Braga (PMDB-RJ), modificando os critérios de distribuição da arrecadação da loteria esportiva. O projeto beneficia o esporte amador e os clubes de futebol, que pesam na hora de uma eleição, e prejudica os investimentos na área social, uma prioridade do governo.

O senado já sabia que o Ministério do Planejamento tinha dado parecer contrário ao projeto e estava estudando um substitutivo. As lideranças do PMDB e do PFL se comprometeram a adiar a votação até que o ministro João Sayad tivesse tido tempo de negociar outra proposta. Sayad queria antes conversar sobre o assunto com o presidente José Sarney, mas, quando chegou ao Palácio do Planalto, às 15 h de quinta-feira, o projeto já havia sido aprovado.

Veto parcial

“Nós aprovamos, mas já combinamos com todos os líderes que o projeto será vetado parcialmente pelo presidente José Sarney”, explicou o líder do PMDB, senador Alfredo Campos (MG), que é filiado ao clube Vila Nova, na cidade de Nova Lima.

Mas as explicações do senador não convenceram os técnicos do ministério, que anteontem, enquanto Sayad se encontrava com Sarney, tinham uma reunião marcada com a assessoria parlamentar do Palácio do Planalto, para estudar um substitutivo. A queixa dos técnicos é a de que o projeto acaba com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), criado em 1974, para distribuir recursos a hospitais, creches e escolas nas regiões mais carentes do país.

Os técnicos do ministério acusam os líderes do PMDB e do PFL de terem votado logo o projeto, sem cumprirem o acordo feito com o governo, porque sabiam que um veto presidencial, numa questão como essa, teria que ser muito estudado. “Os clubes têm muito valor eleitoral”, reconheceu o senador Alfredo Campos. “Votamos logo a pedido do líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli (RS)”.

Com o projeto, o FAS — cujo orçamento para este ano ainda não foi aprovado, mas deveria ter Cz\$ 321 milhões para investir em projetos sociais a fundo perdido — terá apenas Cz\$ 14 milhões, ou seja, perderá 96% dos seus recursos para investimentos a fundo perdido. Sairão prejudicados com o projeto todos que se beneficiavam dos investimentos do FAS: A Santa Casa da Misericórdia (que tem hospitais em todo o país), associações de proteção à maternidade e à infância, e outras entidades filantrópicas.

Os clubes de futebol, por sua vez, ganharão o dobro com o projeto. No primeiro semestre, ganharam Cz\$ 33 milhões 500 mil e agora poderão receber, no mesmo período, Cz\$ 70 milhões, ou seja, em vez de receberem 5,2% dos recursos da loteria esportiva, terão 10%.

JORNAL DO BRASIL